



Regionalização da alimentação escolar na Terra Indígena Vale do Javari – A perspectiva do indigenismo de estado

Regionalization of school feeding in the Vale do Javari Indigenous Land - The perspective of state indigenism

PEREIRA, Douglas Souza¹; FREIRE, Ricardo Sallum²

¹ Funai, dspereir@gmail.com; ² Funai, ricardo.freire@funai.gov.br

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Ancestralidades, terra e território

Resumo: A regionalização da alimentação escolar indígena, na Terra Indígena Vale do Javari, apresenta oportunidades e desafios para o indigenismo de Estado, quer pela perspectiva geográfica e logística quer pelo viés da valorização dos sistemas agrícolas tradicionais, da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e da geração de renda. A iniciativa com as comunidades indígenas do Vale do Javari e com os gestores locais do PNAE se deu em 2021, com impacto na publicação da primeira chamada pública do PNAE do município de Atalaia do Norte e na organização produtiva dos povos Kanamari e Matsés, em 2022. A iniciativa busca se consolidar e expandir em todo o território tradicional, em 2023. Portanto, desde 2021 vem ocorrendo uma melhoria da organização socioprodutiva e de comercialização dos alimentos tradicionais, assim como, a formação de uma rede intersetorial entre o poder público, indígenas e suas organizações e demais parceiros para superação dos desafios e promoção das oportunidades.

Palavras-Chave: alimentação escolar; povos indígenas; segurança alimentar e nutricional; sistemas agrícolas tradicionais.

Contexto

A iniciativa de regionalização da alimentação escolar indígena contribui para a discussão do eixo temático “Ancestralidade, terra e território” ao permitir aos povos indígenas terem voz para, em rede, discutir e defender suas formas de ocupação territorial por meio da organização socioprodutiva tradicional em suas roças e das técnicas e produtos extrativistas dos produtos da sociobiodiversidade. Ao mesmo tempo, essa iniciativa tem interface com a luta para excluir alimentos processados e ultraprocessados, que são sistematicamente ofertados às escolas indígenas em desrespeito às resoluções do PNAE, e ao próprio artigo 231 da Constituição Federal, e que em nada dialogam com os hábitos alimentares tradicionais dos povos Kanamari e Matsés.

Considerando esse cenário de violação de direito, ao não respeitar os usos, costumes e tradições indígenas na alimentação escolar e na sua forma de produção agroecológica de alimentos, a regionalização da alimentação escolar busca superar essa violação de direito e promover espaços para os órgãos públicos locais, gestores do PNAE, dialogarem com os indígenas e suas lideranças. Esse processo de inserir os indígenas como atores centrais da alimentação escolar, promove também o respeito de suas formas socioprodutivas. Mas também a constituição de uma rede de atuação conjunta com os parceiros locais proporciona a criação de



estratégias de superação das barreiras geográficas e logística para efetivação dessa política pública dentro do território tradicional do Vale do Javari.

Por sua vez, a TI Vale do Javari, segunda maior terra indígena em extensão demarcada em território brasileiro, possui mais de 8,5 milhões de hectares. Trata-se do território com o maior número de referências confirmadas de grupos de povos isolados no mundo que compartilham esse território com povos indígenas de recente contato, os Korubo e os Tyohom Dyapá, e cinco povos já contatados - Marubo, Matis, Matsés, Kulina Pano e Kanamari. Este imenso território é acessado quase exclusivamente por transporte fluvial através dos cursos naturais dos extensos e sinuosos rios que compõem a bacia hidrográfica do Javari, em custosas viagens que podem durar mais de uma semana para acessarem-se certas aldeias.

Deste modo, a implementação do PNAE nas escolas indígenas do Vale do Javari enfrenta inicialmente, assim como nos casos de outras tantas políticas públicas voltadas aos povos indígenas da região, um significativo desafio logístico. A este, se somam as dificuldades de compreensão da língua, da monetarização das relações de troca e de outros códigos culturais da sociedade que envolve as remotas comunidades dos povos indígenas do vale do Javari.

Assim, após processo iniciado no final de 2019, mas paralisado em decorrência da Pandemia da COVID-19, em 2021 a Funai iniciou a articulação local convocando órgãos, instituições e indígenas para dialogar sobre o PNAE. Com isso o órgão indigenista teve duas frentes de atuação, uma por meio de reuniões intersetoriais com órgãos públicos e parceiros e outra frente com a realização de consultas livre, prévias e informadas e oficinas de organização produtiva, entrega periódica dos alimentos nas escolas e construção de projetos de venda com os povos indígenas das aldeias Fruta-Pão, Flores, e Lago Grande, do povo Matsés e das aldeias São Luís e Lago Tambaqui, do povo Kanamari, da calha do baixo Curuçá e Médio Rio Javari, na Terra Indígena Vale do Javari.

Em 2022 foram contemplados 13 agricultores familiares indígenas participantes do projeto piloto da regionalização da alimentação escolar indígena, contemplando diretamente com alimentação tradicional 175 estudantes indígenas do ensino fundamental I e II, além do impacto na produção tradicional de alimentos saudáveis de todos os comunitários dessas cinco aldeias. Em 2023, o projeto piloto está sendo reeditado, já que o planejamento era que essa experiência tivesse um ciclo de 2 anos, como forma de aprendizado tanto dos gestores locais do PNAE quanto dos indígenas e suas organizações socioprodutivas.

Por fim, a Funai busca iniciar o projeto da regionalização da alimentação escolar indígena com alimentos de maior abundância no território, evitando um impacto significativo na forma de organização socioprodutiva dos indígenas.



Descrição da Experiência

Para execução do projeto piloto de regionalização da alimentação escolar indígena, das escolas da Terra Indígena Vale do Javari, especificamente das cinco aldeias da calha do baixo Curuçá e Médio Rio Javari, dos povos Kanamari e Matsés, foi planejado pelos indigenistas da Funai a realização de consultas livres, prévias e informadas, conforme preconiza a Convenção n° 169, da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais. Além das consultas, foram construídas oficinas participativas *in loco* com agricultores familiares indígenas.

Desta forma, entre novembro e dezembro de 2021, uma equipe da Funai esteve nas cinco aldeias para realizar consultas livres, prévias e informadas sobre o PNAE, discutindo a possibilidade de ter alimentos tradicionais nas escolas das aldeias, apresentando as vantagens e os desafios para o acesso ao Programa. Após os diálogos e a superação das dúvidas, as próprias comunidades indígenas indicaram os agricultores familiares indígenas que participariam das oficinas *in loco*, priorizando os pais e mães dos estudantes indígenas.

Em relação à estratégia com os gestores do PNAE do município de Atalaia do Norte, foi discutido e planejado pelos indigenistas da Funai em como orientar a Prefeitura em construir uma chamada pública adequada com as normas vigentes, respeitando os hábitos alimentares indígenas. Além de como aproximar e dialogar com a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do estado do Amazonas, para emissão do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) e do Cartão do Produtor Primário (CPP) aos indígenas, como sensibilizar e mobilizar as organizações indígenas sobre esse tema e como superar os desafios geográficos e logísticos do território tradicional.

Em suma, a metodologia aplicada teve dois eixos, um que compreende o diálogo e a prática *in loco* para definição dos alimentos tradicionais e do acesso dos indígenas ao PNAE e outro eixo que é a criação de uma rede de regionalização da alimentação escolar indígena, composta por gestores públicos federais, estaduais e municipais do PNAE e movimento indígena. Essa rede articulada alcançou o lançamento da primeira e da segunda chamadas públicas do PNAE, em 2022 e 2023, respectivamente, além de promover a ida de servidores do PNAE para fazer consultas e oficinas *in loco* nas aldeias.

As imagens abaixo demonstram a forma de produção tradicional da farinha amarela, Figura 1, que é principal alimentos dos povos indígenas da região, e os momentos de entrega e pesagem dos alimentos nas escolas pelos indígenas agricultores (Figuras 2, 3 e 4) e, por fim, os estudantes e crianças indígenas consumindo os alimentos tradicionais em suas escolas (Figuras 5 e 6).

Figura 1.



Figura 2.



Figura 3.



Figura 4.



Figura 5.



Figura 6.



Resultados

Partindo de uma realidade de não haver compra de alimentos tradicionais para as escolas indígenas da Terra Indígena Vale do Javari, significativos avanços foram alcançados durante os dois anos de projeto piloto.



Destaca-se que antes dessa iniciativa somente haviam alimentos processados e ultraprocessados na alimentação das crianças indígenas, quando esses alimentos de fato eram entregues nas escolas indígenas. Era recorrente a falta de valorização dos sistemas agrícolas tradicionais indígenas por parte do Estado, impactando negativamente na soberania e segurança alimentar e nutricional dos estudantes indígenas e de toda a comunidade. Por fim, a Prefeitura de Atalaia do Norte estava numa situação histórica de descumprimento das normas do PNAE, ao não cumprir o Art. 14, da Lei nº 11.947/2009, do PNAE, e suas resoluções.

Como consequência, o projeto piloto proporcionou a 13 agricultores familiares indígenas, por meio de seus sistemas agrícolas tradicionais e exploração extrativista, que respeitam as premissas da agroecologia e dos sistemas agroflorestais, a venda de alimentos do hábito alimentar dos indígenas, como farinha amarela de mandioca, abacaxi, banana pacovan, cana-de-açúcar, macaxeira, mamão, peixe regional fresco, vinho de açaí e pupunha *in natura* para as escolas de 175 crianças Kanamari e Matsés.

Esse processo de produção sustentável dos alimentos tradicionais por si só já traz impactos positivos na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional não somente dos estudantes durante todo o período letivo, mas também de toda a comunidade do território tradicional, já que cada vez mais outros agricultores indígenas querem participar da oferta de alimentos tradicionais para as escolas de suas aldeias. Nesse ínterim, vem ocorrendo a diminuição da quantidade de alimentos processados e ultraprocessados da alimentação escolar indígena, como enlatados, bolachas e achocolatados.

Destarte, a iniciativa contribui para a constituição de uma rede local de gestores públicos e parceiros privados dos indígenas com interesse na regionalização da alimentação escolar indígena no território tradicional, além de permitir que a Prefeitura buscasse se adequar à legislação vigente do PNAE.

Agradecimentos

Agradecimentos aos povos indígenas da Terra Indígena Vale do Javari, à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), pela busca incessante do cumprimento de sua missão institucional, da Prefeitura de Atalaia do Norte e das organizações indígenas da Terra Indígena do Vale do Javari, como a Akavaja (povo Kanamari), OGM (povo Matsés) e a Univaja.